



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
Setor de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2022 RP Nº 038/2022

TERMO DE APRECIÇÃO

I. Do Recurso

Trata-se de recurso interposto por PONTE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA (ME), ora recorrente, em relação ao resultado do Processo Licitatório nº 109/2022, Pregão Eletrônico nº 061/2022, RP nº 038/2022, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada, sob o regime de Registro de Preços, para prestação de serviços de confecção de uniformes em geral para os servidores das Secretarias Municipais de Conselheiro Lafaiete, conforme especificações constantes no item 19 e Anexo I do Edital, registrado em ata de sessão pública eletrônica lavrada no dia 19/10/2022.

Alega a Recorrente, em síntese, ser equivocada a sua inabilitação, declarada ante os seguintes fundamentos, transcritos em ata: a) apresentou Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal apenas relativas débitos mobiliários, não tendo apresentado comprovação de regularidade relativa ao cadastro imobiliário, em desacordo com item 8.6.6 do Edital.

Sustenta que *"(...) a declaração de tal irregularidade não deve prosperar haja vista que a certidão em questão apenas pode ser solicitada no site da prefeitura com número de registro do imóvel, deste modo como a empresa não possui, imóveis resta impossibilitada"*.

Aduz que a inabilitação da recorrente implica violação aos princípios do formalismo moderado, da eficiência e da economicidade.

As razões recursais são instruídas com documentos, referentes a protocolo realizado junto ao Município de São José do Rio Preto/SP, com descrição *"CERTIDÃO MOBILIÁRIA E IMOBILIÁRIA PARA PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÕES"* (Protocolo nº 2022000319458, datado de 19/10/2022) e tela de consulta, com situação em andamento.

Diante disso, requereu o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão recorrida, especialmente para o fim de se declarar a Habilitação da PONTE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA (ME).

Em conformidade com o disposto nos itens 10.20.15 e 13 do Edital, e de acordo com o registrado no chat da plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o prazo para contrarrazões – 03 (três) dias – iniciou-se em 25/10/2022 (terça-feira), vindo a findar-se em 27/10/2022 (quinta-feira).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, decorreu o prazo sem apresentação de contrarrazões recursais.

Em síntese, é o relatório.

II. Da admissibilidade

Conforme se depreende dos autos, a decisão sob reexame fora proferida durante sessão pública realizada às 09:30h (nove horas e trinta minutos) do dia 19/10/2022 (quarta-feira), através da plataforma eletrônica BBMNET, com a comunicação das licitantes acerca do resultado dos julgamentos das propostas e de habilitação.

Por consequência, o prazo recursal – 03 (três) dias, nos termos do art. 42, §1º, do Decreto Municipal nº 84/2021 e do item 13.1.1 do Edital – iniciou-se em 20/10/2022 (quinta-feira), vindo a findar-se em 24/10/2022 (segunda-feira).

Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, o recurso em apreço foi protocolizado na data de 24/10/2022 às 14:10:39h, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse no manejo do apelo, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital e, segundo acima detalhado, de tempestividade, conhece-se do presente recurso.

III. Do mérito recursal

A recorrente pretende seja reconsiderada a decisão recorrida, por meio da qual foi declarada sua inabilitação no certame, baseada na apresentou Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal apenas relativas débitos mobiliários, não tendo apresentado comprovação de regularidade relativa ao cadastro imobiliário, em desacordo com item 8.6.6 do Edital.

Em detida análise do recurso, observa-se que a recorrente não nega ter apresentado somente comprovação de regularidade perante a Fazenda Pública Municipal, relativamente aos débitos do cadastro mobiliário; tal circunstância, a propósito, resta nítida em exame da *"CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA Nº: 1682131/2022"* protocolada na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, emitida pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município de São José do Rio Preto/SP.

Limita-se a defender que a ausência de comprovação de regularidade perante a Fazenda Pública Municipal, relativamente aos débitos do cadastro imobiliário, na forma prevista no item 8.6.6 do Edital, não seria ensejadora de sua Inabilitação.

Respeitado o entendimento em contrário, não há condições de se acolher a tese recursal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Cediço que para a habilitação nas licitações deve ser exigida dos interessados, exclusivamente, a documentação elencada no art. 27 da Lei de Licitações, donde se incluem os documentos para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista (inciso IV). Por sua vez, a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá no rol contemplado no art. 29, da Lei nº 8.666/93, que engloba a *“prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei”* (inciso III).

Não há dúvidas, portanto, da legalidade da exigência de prova de regularidade para com a Fazenda Pública Municipal, em sede de habilitação em certames licitatórios.

Isto posto, com a devida vênia aos que perfilham tese em sentido contrário, descabe falar em ilegalidade na exigência de comprovação **plena** da regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal. Isso porque, redobrada a vênia, a expressão *“na forma da lei”* deve ser interpretada em relação à apuração dos débitos e à respectiva comprovação, não comportando a interpretação extensiva pretendida pela recorrente.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, em resposta à Consulta nº 1041477, firmou posicionamento no sentido de que a Certidão Negativa de Débito fornecida por Fazendas Públicas (CND) deve ser exigida em todos os contratos administrativos, **independentemente do objeto da contratação**:

CONSULTA. ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS. APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO FORNECIDA POR FAZENDAS PÚBLICAS (CND) E CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT). OBRIGATORIEDADE, INDEPENDENTEMENTE DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 27, IV, E 29, V, DA LEI N. 8.666/93. COMPROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO. ART. 55, XIII, DA LEI N. 8.666/93.1. A Certidão Negativa de Débito fornecida por Fazendas Públicas (CND) deve ser exigida em todos os contratos administrativos, independentemente do objeto da contratação. 2. A Administração, durante toda a execução contratual, deverá verificar a regularidade trabalhista (apresentação de Certidão Negativa de Débito Trabalhista e CNDT), consoante o disposto no inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93, segundo o qual o contratado é obrigado a manter as condições de habilitação regulares durante a vigência do contrato. [CONSULTA n. 1041477. Rel. CONS. SEBASTIÃO HELVECIO. Sessão do dia 19/12/2018. Disponibilizada no DOC do dia 22/02/2019.]

Logo, nota-se que a exigência de comprovação da regularidade junto à Fazenda Municipal apenas para determinados tributos, de acordo com a variação do objeto do certame e/ou das licitantes – encontra-se em descompasso com o entendimento jurisprudencial supracitado em interpretação da norma contida no art. 27, inciso IV e art. 29, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

A Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União – TCU, em julgamento de representação (TC 018.079/2015-6) com plano de fundo semelhante ao dos autos, reforçou a necessidade de se dispensar um tratamento isonômico aos licitantes, destacando que a habilitação das empresas não é mera formalidade acessória e que a



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

inabilitação motivada por ausência de apresentação de documentos de habilitação fiscal e trabalhista – citando e incluindo expressamente “certidão negativa de débitos de tributos imobiliários” – não fere o formalismo moderado:

“16. É exatamente o alcance dos princípios da licitação, sua aplicabilidade prática, a questão principal a ser examinada nestes autos.

17. Como se sabe, os princípios constituem norma central, valores, relativos a um sistema ou instituto jurídico. Por oportuno, cumpre trazer a lume, conhecida lição de Celso Antônio Bandeira de Mello, para quem

‘(...) violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma qualquer. A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um específico mandamento obrigatório, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais (...)’

18. No caso vertente, a questão seria promover a harmonização entre dois valores fundamentais que norteiam o processo licitatório: a obtenção da melhor proposta vs. tratamento igualitário entre todos os que integram o procedimento.

19. Pois bem, no caso, o que se viu foi o tratamento diferenciado dado a uma empresa que não comprovou, tempestivamente, sua regularidade perante o fisco municipal e estadual. Ressalte-se que as outras empresas não tiveram esse mesmo tratamento. Não foram apresentados tempestivamente pela empresa Smartwave os seguintes documentos, necessários à comprovação da regularidade fiscal (peça 4, p. 3): certidão negativa de débitos de tributos mobiliários e certidão negativa de débitos de tributos imobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças; e, certidão negativa de tributos estaduais, emitida pela Secretaria Estadual de Fazenda.

20. Não assiste razão ao Senac-DF em dizer que assim procedera em razão do formalismo moderado que orienta os processos administrativos em geral. Ora, a habilitação das empresas não é mera formalidade acessória. Ao contrário, é essencial. Constitui procedimento para que se determine quem pode, ou não, firmar contratos com a Administração. Nesse quadro, cumpre destacar que o próprio regulamento das licitações do Senac dispõe que a regularidade fiscal deve ser provada diante dos fiscos federal, estadual e municipal (alínea ‘c’ do art. 12 da Resolução Senac 958/2012).” (destacamos)

O instrumento convocatório do certame prevê expressamente que “Os documentos de habilitação deverão ser inseridos **obrigatoriamente** no sistema, concomitantemente com a proposta comercial, na PLATAFORMA / PORTAL “BBM Net Licitações”, **sob pena de preclusão**” (item 8.1 do Edital, destacamos)

Nessa esteira, resta estabelecido que “As declarações e os documentos relativos à habilitação, acompanhados da proposta escrita de preços, dos licitantes, **deverão ser encaminhados até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública,** conforme previsto neste edital, por meio eletrônico (upload), nos formatos (extensões)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

“pdf”, “doc”, “xls”, “png” ou “jpg”, observado o limite de 6 Mb para cada arquivo, conforme regras de aceitação estabelecidas no Portal de Licitações BBMNET Licitações” (item 8.2 do Edital, destacamos).

No caso concreto, observa-se que o Edital do Pregão Eletrônico nº 061/2022 é claro ao prever que o encaminhamento da documentação (proposta e habilitação) “(...) poderá ser feito das **12h00min do dia 04/10/2022 até as 09h29min do dia 18/10/2022**, HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF, no portal eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br a abertura das “PROPOSTAS DE PREÇOS” e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30min do dia 20/07/2022, HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF”. (destacamos)

Conforme se depreende, o prazo para apresentação dos documentos de proposta e habilitação iniciou-se às 12:00h do dia 04/10/2022 (terça-feira), findando-se em 09:29h do dia 18/10/2022 (terça-feira). Como é cediço, era de responsabilidade dos licitantes seu credenciamento no sistema e, por conseguinte, a juntada da respectiva documentação para participação no certame, **durante o lapso temporal supracitado**, mediante o uso da senha de acesso privativa (item 6.3 do Edital).

Vale lembrar que o credenciamento do licitante junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção da capacidade técnica e legitimidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, sob pena da aplicação das sanções previstas neste edital (item 6.5 do Edital).

É de responsabilidade dos licitantes o manuseio, a inserção e a conferência da vinculação de dados e documentos na plataforma eletrônica.

Diante de dúvida e/ou verificação de falha no sistema, mister que os interessados entrassem em contato com a central de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, por telefone, WhatsApp, chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br (item 6.2 do Edital), e/ou diretamente com o ente promotor da licitação, a fim de obter, **tempestivamente**, as providências necessárias a viabilizar sua participação no certame.

Não foi o que ocorreu em relação à recorrente, cujas razões recursais limitam-se a reconhecer a não apresentação do documento habilitatório, mas, contudo, pugna seja providenciada a complementação da documentação a cargo do Pregoeiro e Equipe de Apoio, através de diligência.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública, que assegure **igualdade de condições a todos os concorrentes**, nos termos da lei (art. 37, inciso XXI, da CRFB/88).

Por sua vez, a Lei nº 8.666/93 preconiza que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais

X



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos (art. 3º, *caput*).

Infere-se claramente da Lei e do Edital a existência de regras para a apresentação da documentação de habilitação, bem assim para sua apreciação e julgamento.

Nesta ordem de ideias, possível concluir que em obediência às normas e aos princípios norteadores, caberia aos licitantes apresentarem toda a documentação de habilitação na plataforma de Pregão Eletrônico, e no prazo fixado.

A legislação deve ser interpretada sistematicamente, mediante análise das normas jurídicas entre si, pressupondo-se que o ordenamento jurídico é um todo unitário e harmônico, sem incompatibilidades, de modo a se permitir escolher o significado da norma que seja coerente com o conjunto.

Neste contexto, imperioso pontuar que, quando da intenção de se flexibilizar a regra geral relativa à apresentação de documentos de regularidade fiscal e trabalhistas em certames licitatório, o Legislador cuidou de estabelecer, de forma taxativa, possibilidade excepcional de tratamento diferenciado e simplificado em favor de determinadas pessoas jurídicas – Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) – objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, na forma da Lei Complementar nº 123/2006.

De acordo com o art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, “*Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato*”.

Entretanto, mesmo diante de tal hipótese excepcional, aludido diploma legal não exige as ME's/EPP's, ao participarem de processos licitatórios, de apresentar a íntegra da documentação de habilitação prevista no instrumento convocatório.

Neste sentido, dispõe explicitamente o art. 43 da LC nº 123/2006:

“Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição.”
(destacamos)

Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a LC nº 123/2006 assegura à ME/EPP o direito à concessão de prazo para “*regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para a emissão de*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa” (art. 43, §1º, da LC nº 123/2006).

Conforme se observa, ressalvada a hipótese legal de regularização de certidões positivas e/ou vencidas, **inexiste na legislação a prerrogativa de apresentação extemporânea ou substituição de documentos**, notadamente quando não apresentados junto à documentação de habilitação.

Se nem mesmo para ME's e EPP's (detentoras de tratamento diferenciado e simplificado, *ex vi* LC nº 123/2006) o Legislador entendeu ser o caso de permitir a juntada extemporânea de documentos habilitatórios, descabe cogitar – redobrando-se a vênica àqueles que perfilham entendimento contrário – que às licitantes deve ser permitido suprir lacunas na documentação, por iniciativa do ente licitante.

O Edital, em seu item 18.6, estabelece que o Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a **esclarecer a instrução do processo**, conforme disposto no art. 45¹ do Decreto Municipal nº 84/21 e no § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93.

Oportuno ressaltar que nos termos do art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/93, faculta-se à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a **esclarecer ou a complementar a instrução do processo**; todavia, aludida faculdade não é absoluta, posto que o poder de diligência encontra limites fixados pelo Legislador no próprio dispositivo de lei, ao dispor expressamente ser “**vedada a inclusão posterior de documento** ou informação que deveria constar originariamente da proposta”. (destacamos)

Tratando-se de conduta vedada pela legislação, resta claro que a admissão intempestiva de documentos, ainda que na via recursal, afronta o princípio da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e, em última análise, ao caráter competitivo do certame.

E nem se fale que ao assim preconizar, a legislação adota, despropositadamente, uma medida burocrata, supostamente contraditória ao princípio da razoabilidade e ao tão propalado formalismo moderado que deve nortear os atos administrativos. Isso porque, ao dispor acerca de tal inviabilidade, impõe-se à Administração um dever de garantir o processamento do certame com a lisura indispensável à consecução do objetivo constitucional da igualdade de condições a todos os concorrentes, e bem assim aos axiomas elencados no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

¹ **Art. 45 do Decreto Municipal nº 84/2021** - O (a) pregoeiro (a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Cenário recorrente em certames licitatórios, sobretudo aqueles realizados de forma eletrônica, nota-se uma crescente participação de empresas de forma indiscriminada, que incluem suas propostas no sistema eletrônico, deixando de colacionar sequer os documentos de habilitação, seja por desídia, seja por estratégia.

A prevalecer o entendimento recursal, estaria a Administração Pública – enquanto órgão promotor de licitações – sujeita à implantação do caos, porquanto obrigada a realizar a juntada de documentos habilitatórios dos licitantes, às margens das disposições legais, que nada estabelecem neste particular. Pelo contrário, o que se extrai da legislação, de forma expressa, é a necessidade de observância dos princípios da **legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da **igualdade**, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do **julgamento objetivo** e dos que lhes são correlatos.

Em linhas finais, mister reforçar que a Lei nº 8.666/93 consagra em seu art. 41 o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de acordo com o qual a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Cediço que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, sendo a sua observância exaltada de forma iterativa nos julgados das cortes de contas pátrias, especialmente o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, donde se extrai o seguinte aresto:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GRUPOS CULTURAIS E ESPORTIVOS. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. ARQUIVAMENTO. O administrador deve observar os princípios da legalidade, igualdade e **vinculação ao instrumento convocatório**, previstos no art. 3º da Lei n. 8.666/1993. (DENÚNCIA n. 1058478. Rel. CONS. SEBASTIÃO HELVECIO. Sessão do dia 11/06/2019. Disponibilizada no DOC do dia 11/07/2019) (destacamos)

Sem divergir de tal posicionamento, assim já se pronunciou o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

LICITAÇÃO - EDITAL - VINCULAÇÃO. O edital, como instrumento convocatório, não pode ser descumprido, pois às suas normas e condições, encontra-se estritamente vinculada a Administração e bem assim os interessados em participar da licitação. Pelos princípios que regulam a licitação, ainda que pareça excessiva e rigorosa a exigência do edital, desprezá-la em prol de um ou alguns dos concorrentes em detrimento dos demais que a cumpriram, atenta, ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

mesmo tempo, contra dois de seus pilares básicos: o da igualdade entre os concorrentes, que determina seja dispensado tratamento isonômico aos concorrentes e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, lei específica de regência. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.00.297850-0/000, Relator(a): Des.(a) Geraldo Augusto, 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/03/2003, publicação da súmula em 21/03/2003) (destacamos)

Encontrando-se a Administração vinculada às normas, condições e exigências do Edital, e por estas não padecerem de qualquer ilicitude, não há que se falar em ilegalidade ou ofensa aos princípios norteadores da licitação a decisão que inabilitou a Recorrente.

O não atendimento a quaisquer das exigências do Edital é causa de inabilitação do licitante, a rigor do disposto no item 8.13 do instrumento convocatório.

Ante o exposto, a **improcedência** do recurso é medida que se impõe.

IV. Conclusão

Diante de todo o exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) **Conhecer** do recurso interposto pela empresa PONTE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA (ME) e, diante da insubsistência dos fundamentos do apelo, **manter** a decisão recorrida;
- b) Em obediência ao disposto no art. 15, inciso VII, do Decreto Municipal nº 84/2021, encaminhar os autos à autoridade superior para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

Conselheiro Lafaiete/MG, 08 de novembro de 2022.


ALISSON DIAS LAUREANO
Pregoeiro